

A Revolução desde o Sul: Getúlio Vargas e o “*caso paulista*” (1930-1932)*

*Antônio Manoel Elíbio Júnior***

Resumo. A “Revolução de 1930” alterou significativamente as alianças políticas e partidárias, tanto no âmbito do executivo federal, quanto na esfera da administração pública dos Estados da federação. O grupo político do Rio Grande do Sul, capitaneado por Getúlio Vargas, envidou uma série de estratégias para ocupar os principais cargos e posições na máquina do governo que se instalava. Esse artigo analisa os conflitos e os embates engendrados pelas lideranças partidárias do Rio Grande do Sul e de São Paulo em torno da condução do poder e da centralização do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Revolução de 1930; Getúlio Vargas; Revolução Constitucionalista.

The Revolution from the South: Getúlio Vargas and the São Paulo episode (1930-1932)

Abstract. The so called ‘1930 Revolution’ in Brazil changed to a significant degree the political and party alliances within the federal government and in the public state administration. The political group from the southern state of Rio Grande do Sul, headed by Getúlio Vargas, concocted several strategies to occupy the main posts within the governmental machine that was being established. Current article analyzes the conflicts and the struggles caused by party leaders of the states of Rio Grande do Sul and São Paulo to achieve power and centralization of Getúlio Vargas’s provisional administration.

Keywords: 1930 Revolution; Getúlio Vargas; Constitutional Revolution.

* Artigo recebido em 18/05/2012. Aprovado em 01/02/2013,

** Doutor em História Social, Unicamp, Campinas/SP. Pós-Doutor em Ciência Política, UFPE, Recife/PE. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande/PB, Brasil. E-mail tonyelibio@hotmail.com

La Revolución desde el Sur: Getúlio Vargas y el “caso paulista” (1930-1932)

Resumen. La “Revolución de 1930” alteró significativamente las alianzas políticas y partidarias, tanto en el ámbito del ejecutivo nacional como en la esfera de la administración pública de los estados de la federación. El grupo político de Río Grande do Sul, liderado por Getúlio Vargas, empleó una serie de estrategias para ocupar los principales cargos y posiciones en la máquina del nuevo gobierno. Este artículo analiza los conflictos y embates engendrados por los líderes partidarios de Río Grande do Sul y de San Pablo en torno de la conducción del poder y de la centralización del Gobierno Provisorio de Getúlio Vargas.

Palabras Clave: Revolución de 1930; Getúlio Vargas; Revolución Constitucionalista.

Introdução

A “Revolução de 1930” alterou significativamente as alianças políticas e partidárias, tanto no âmbito do executivo federal, quanto na esfera da administração pública dos Estados da federação. O grupo político do Rio Grande do Sul, capitaneado por Getúlio Vargas, envidou uma série de estratégias para ocupar os principais cargos e posições na máquina do governo que se instalava. Esse artigo analisa os conflitos e os embates engendrados pelas lideranças partidárias do Rio Grande do Sul e de São Paulo em torno da condução do poder e da centralização do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Ao assumir a Interventoria do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de novembro de 1930, José Antônio Flores da Cunha constituiu seu governo nomeando Sinval Saldanha para a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Francisco Antunes Maciel para a pasta do Exterior e João Fernandes Moreira para a Secretaria da Fazenda. Para ocupar a Chefia de Polícia, inicialmente foi nomeado o Desembargador Florêncio de Abreu, então

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sendo substituído pelo Coronel Agenor Barcellos Feio. Para o Comando Geral da Brigada Militar foi designado o Coronel Claudino Nunes Pereira, até o “pronunciamento armado de São Paulo contra o Governo Provisório” em 1932 quando foi “imediatamente substituído pelo Coronel João de Deus Canabarro Cunha”.¹

Essa nova configuração política e a reorganização dos cargos da máquina administrativa estadual, resultante da “Revolução de 30”, representou, para as elites políticas do Rio Grande do Sul, a possibilidade de intervir nas diretrizes governamentais do Executivo Federal. Em torno da plataforma da Aliança Liberal, constituída pelo Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Rio-Grandense e Partido Conservador, que integravam a Frente Única Gaúcha e o Partido Republicano da Paraíba, Partido Democrático Nacional, que congregavam as oposições de São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Para fins do presente estudo, foi realizado um levantamento documental nos seguintes arquivos: Arquivo Nacional – Fundo Gabinete Civil da Presidência da República; Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) - Fundos: Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Oswaldo Aranha; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na Pasta “Assuntos da Secretaria do Interior do Estado do Rio Grande do Sul”. Perfazem como fontes dessa pesquisa, além dos relatórios governamentais, a correspondência política trocada entre as lideranças do Rio Grande Sul e São Paulo, bem como as missivas recebidas e enviadas pelo Governo Federal. O interesse em estudarmos a correspondência como fonte de investigação constitui, para este

¹ Relatório de José Antônio Flores da Cunha enviado ao Governo Federal, 1935.

trabalho, uma possibilidade para problematizarmos as ações políticas de Flores da Cunha, como sua aproximação e afastamento com as oposições estaduais, sua interferência na administração do Executivo Federal e sua relação política com Getúlio Vargas. Além disso, a investigação deste tipo de documentação permite-nos analisar, além do registro cotidiano do funcionamento da administração do Estado, os arranjos e “*intrigas*” políticas cerzidas nas mediações econômicas, nos acordos com a bancada estadual na Câmara dos Deputados e, sobretudo, como a correspondência foi utilizada como um expediente governativo e de construção de uma liderança política.

Conspirações, intrigas e debates políticos

A articulação revolucionária, após a oficialização dos resultados eleitorais, não poderia prescindir do apoio dos partidos e do governo do Rio Grande do Sul, sobretudo, pelos recursos materiais e militares de que o Estado dispunha. Assim, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) tornava-se fundamental para o futuro do movimento, pois detinha o controle do aparelho político-administrativo do Estado (CODATO, 1999, p. 46). Contudo, a posição conservadora de Borges de Medeiros, que comandava o PPR, via-se numa arriscada situação, qual seja: ou apoiava a ação revolucionária, ou admitia o resultado eleitoral.² Tanto Medeiros como Vargas, que comandavam o Executivo Estadual, posicionaram-se de forma reticente e conciliadora,

² Podemos afirmar que até a decretação do Estado Novo, em 1937, os partidos políticos do Rio Grande do Sul contavam, ainda que inconsistentemente, com um canal aberto de articulações. Todavia, foi especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) que o governo de Vargas empreendeu uma reforma “no antigo sistema político, alterando o arranjo institucional vigente.” Nessa engenharia política do Estado Novo, o “recém-editado” “Código Administrativo” – ou “Código dos Interventores” fez desse aparelho o substituto prático dos “órgãos de representação política, inexistentes desde a decretação da Constituição de 1937”. Parece-nos, com efeito, que estas medidas aumentaram ainda mais a influência de Vargas nos estados federados, concretizando o “processo de centralização política e esvaziamento do poder das oligarquias regionais através de um controle bastante severo da autonomia política, econômica, tributária, administrativa e militar dos diversos estados da federação”.

mediante o avanço da conspiração, passando a admitir o levante armado revolucionário (DIAS, 2001, p. 35).

Além de Vargas, que agia de forma independente em face da orientação do chefe do PRR, outras lideranças da cúpula do partido identificaram-se prontamente com o comando revolucionário (BORGES, 1998, p. 160).³ Oswaldo Aranha, por exemplo, que ocupava a pasta da Secretaria do Interior do Estado, assumiu a direção das ações conspiratórias. João Neves da Fontoura, vice-Presidente do Estado e líder da bancada republicana na Câmara dos Deputados, iniciou uma radical campanha de oposição ao Executivo Federal (LOVE, 1975, p. 233). Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então Presidente de Minas Gerais, em carta enviada a Flores da Cunha, articulava a conspiração com o amigo dizendo que não repetiria:

a exposição dos graves e patrióticos motivos que nos devem impellir no sentido de atalhar a explosão revolucionária, porque estou certo de que V. a guarda de memória, tão vivamente se mostrou por ella impressionado. Mas julgo conveniente insistir em que devemos levar avante o alvitre para isso então lembrado. Este consiste em esforçarmos por evitar a intervenção na Parahyba, tão seguro nos pareceu que ella, por si só, por sua feição de monstruosa vindicta, comocionará de tal sorte a opinião nacional e tanto nos golpeará as fibras de solidariedade liberal, que desfechará a tormenta. (...) isto posto, insisto na conveniência de uma acção conjuncta de Minas e do Rio Grande do Sul no intuito de fazer sentir ao Presidente da Republica a delicada situação, a impossibilidade de se conter o movimento revolucionário, verificada aquella intervenção, e o nosso propósito de delle comparticipar, por força dos imperativos que decorrem da solidariedade política e da dignidade humana.⁴

³ Para Vavy Pacheco Borges nos anos de 1930, a “história política brasileira foi marcada por forte instabilidade institucional e por vivo debate; a década se inicia com uma ruptura institucional, consagrada desde então como Revolução de 30, terminando sob a égide de nova ruptura, a decretação do chamado Estado Novo”. Nesse momento, reaparecem constantemente embates relativos ao “nacional, a questão da federação, do regionalismo, a industrialização, a reforma agrária, a busca de um caráter” nacional. Nesse um quarto de século, onde a figura de Getúlio Vargas esteve no centro do poder no cenário nacional, predominou, na interpretação da historiografia, a ideia da construção da nação brasileira e de uma ruptura revolucionária.

⁴ Carta de Antônio Carlos Ribeiro da Costa a Flores da Cunha, 03 jun. 1930.

De qualquer forma, não podemos afirmar que havia entre os líderes republicanos uma inequívoca adesão ao movimento revolucionário. O Senador Firmino Paim Filho, do PRR, por exemplo, atuou como mediador entre Washington Luís e Getúlio Vargas, procurando garantir que o governo do Rio Grande do Sul reconheceria os resultados das eleições.

Por sua vez, o Partido Libertador (PL), de oposição e minoritário, declarava-se favorável à reação armada. Embora não dispusesse de recursos, como afirmava o Presidente do PL, Assis Brasil, o partido reclamava por uma participação mais efetiva nas articulações políticas.⁵ Distanciados do poder decisório, ainda que demonstrando apoio à revolução, os líderes do PL, Antunes Maciel, Baptista Luzardo e Raul Pilla, questionavam Oswaldo Aranha quanto à condução das ações revolucionárias. Por carta, Raul Pilla, em agosto de 1930, ratificava sua posição de descontentamento ao líder republicano:

Estamos há dois ou três dias da Revolução. Entretanto, (...) nada sei a respeito dela (...). Não posso deixar de ver em tudo isto senão do desígnio de arredar o PL de qualquer influência, de transforma-lo num simples caudatário da Revolução e, quiçá, de leva-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais ativos (...), utilizados sempre diretamente, por ação pessoal, por uma obra de verdadeiro aliciamento.⁶

Embora o respaldo material do movimento tenha sido subsidiado pelo governo do Estado e a participação política conduzida pelos líderes revolucionários, os partidos políticos, neste caso o PL, reivindicavam maior participação nas diretrizes revolucionárias. Todavia, a resposta de Aranha às inferências de Pilla procurava acentuar o “caráter suprapartidário do movimento” e o próprio conceito de “revolução” querendo convencê-lo:

Sou apenas o centralizador do movimento na sua ação prática, sem outra finalidade (...) que a de organizar a vitória. No desempenho dessa função (...) nem tenho partido, nem preferências. Seria indigno da confiança de todos, incluída a tua, se estivesse fazendo obra pessoal. Não há mesmo lugar para

⁵ Carta de Assis Brasil a Antunes Maciel, 04 jul. 1930.

⁶ Carta de Raul Pilla a Oswaldo Aranha, 28 ago. 1930.

isso (...). Parte na luta não sei se o serei na vitória. Se o for, podes crer me baterei pela consecução dos ideais liberais (...). Acho que na colaboração dos partidos deve ser efetiva nessa hora. Então, sim, chefes tomam as rédeas de nossas mãos.⁷

A orientação era clara e contundente, pois exigia o fornecimento de recursos e a “colaboração dos partidos”. Além disso, a resposta de Aranha argumentava que a ação revolucionária não seria uma “obra pessoal”. Antes, o que Aranha evidenciava era a construção de um projeto político nacional sem influência de partidos ou de “preferências” privadas. Nesse sentido, a revolução reforçaria a reorganização do Estado Brasileiro, assentado em princípios e “ideias liberais”.⁸

Para Aranha, sua condução centralizadora do movimento, aliada à ação conjunta com todos os contingentes militares das guarnições federais baseadas no Estado e com as forças da brigada militar, levariam à vitória. Todavia, ainda que estivesse no comando das forças político-partidárias da ação revolucionária, esta situação não garantia ao Rio Grande do Sul uma efetiva influência na composição do novo aparato governamental do Executivo Federal. Alguns dos componentes que lideraram a Aliança Liberal, como citado anteriormente, ocuparam cargos federais, como no Ministério da Agricultura, do Trabalho, no Ministério da Justiça, a chefia da polícia do Distrito Federal, a presidência da Imprensa Nacional, interventorias em três Estados e a própria Presidência da República.

Muitas das diretrizes do governo de Getúlio Vargas provocaram enormes descontentamentos quanto ao novo arranjo político. Essa configuração política gerou a formação da Frente Única Gaúcha (FUG) em novembro de 1931, e a criação da Frente Única Paulista (FUP) em fevereiro de 1932, resultante da aproximação entre o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP). Segundo Vavy Pacheco Borges, o PRP,

⁷ Carta de Oswaldo Aranha a Raul Pilla, 30 ago. 1930.

⁸ Carta de Oswaldo Aranha a Raul Pilla, 30 ago. 1930.

ao ser afastado do poder pela “destituição dos cargos executivos e pela extinção dos legislativos”, perde substancialmente seu predomínio político na esfera da administração federal. Assim, elementos da cúpula do PRP iniciam uma gradual aproximação com o antigo inimigo político estadual, o PD (BORGES, 1992, p.29). Ambos procuraram combater a centralização do governo provisório e iniciar o processo de constitucionalização do país.

Em 1931, o líder do Partido Libertador, Raul Pilla, prenunciava a Borges de Medeiros a “catastrophe, que a todos se afigurava iminente”. A carta cataclísmica ponderava a respeito da “situação nacional” e o “papel a que coube o Rio Grande do Sul na preparação e execução do movimento revolucionário”. O tom de alarde na carta conjugava-se à análise da “revolução de 30”, pois, segundo Pilla, preocupado com os “verdadeiros rumos” do movimento, o “Estado Nacional” estaria em risco caso o “governo provisório não pense seriamente em convocar a assembléa constituinte, (...) única, talvez capaz de evitar as perturbações que estamos pressentindo e talvez nos levem à anarquia” (GOMES, 2005, p.191).⁹ Nesse sentido, a instância e medidas necessárias para se afirmar uma “admirável unidade” e livrar o país do “abismo” seriam conduzi-lo ao “caminho da constitucionalização imediata”.¹⁰

⁹ Segundo Vavy Pacheco Borges, a “Revolução de 30” foi frequentemente empregada como uma “entidade mítica”. Na disputa pelo poder, que se seguiu no período pós-30, ocorre uma luta pela “legitimidade revolucionária”, pelo espólio do movimento de outubro, pela parceria na ‘revolução’. Por sua vez, Ângela de Castro Gomes afirma que a Revolução de 30 foi interpretada como um corte, uma ruptura revolucionária no curso da história do país. A decretação do Estado Novo em 1937, visualizava outubro de 1930, como o marco zero do processo que iria estabelecer uma ordem política consentânea com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro. Segundo Gomes, 30 e 37 surgiam assim como dois momentos, como duas etapas de um mesmo percurso histórico, “guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior; 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar.”

¹⁰ Carta de Raul Pilla a Borges de Medeiros, 05 jun. 1931.

Também em outra missiva enviada a Oswaldo Aranha, em julho de 1931, Pilla reitera suas ponderações “em face da situação do paiz”. Para o líder do PL, a constitucionalização seria “um remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios”. A morosidade do Governo Provisório em executar o que para Pilla, seria o projeto da Aliança Liberal, poderia fomentar um “golpe de força” dos “elementos reacionários” que se organizavam no país.¹¹ Nesse sentido, para Pilla, a manutenção da ordem institucional estaria realmente ameaçada, caso Vargas não demonstrasse à opinião pública, que estava realizando uma modificação dos processos políticos e administrativos no país.¹²

Assim como Pilla, que defendia a constitucionalização do país e o projeto da AL, também Baptista Luzardo, do PRR, em carta enviada a Flores da Cunha, em março de 1931, afirmava que o programa do governo provisório deveria ser “conservador” e conduzir à “concretização dos ideaes que nortearam a campanha liberal”. Para Luzardo, a revolução que derrotou os “detentores do poder” estaria ameaçada caso o governo não caminhasse

¹¹ Assim como Pilla alertava Vargas sobre a instabilidade política gerada com a fermentação de grupos “extremistas”, também Flores da Cunha informava frequentemente ao Chefe do Governo Provisório, quanto à “mobilização conspiratória” no estado. Em junho de 1931, por exemplo, Flores envia uma carta a Vargas, alertando sobre uma “conspiração revolucionária” nas brigadas do exército sediadas no Rio Grande do Sul. Contudo, apesar da ameaça militar, Flores dizia ter aumentado o efetivo do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, além de municiar todo um pelotão com pesadas metralhadoras. Essas medidas visavam assegurar o controle irrestrito das forças federais no estado (Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 01 jun. 1931). Em anexo, Flores envia o documento distribuído entre a oficialidade do Regimento Militar da cidade Santa Maria. O documento, cujo título é a “Proclamação ao Exército”, enfatizava a insatisfação dos “tenentes” com a condução política do país. O texto inicia da seguinte forma: “Mocidade varonil do Exército! Porque não vos unis? Não tendes um chefe geral? Será um chefe ou uma mesma mentalidade que vos unirá? Ou quereis unir-vos em torno de pessoas e não de ideais, em torno dum homem e não dum ideal? Uma situação aviltante agrava cada vez mais a vida do Exército, scindindo-o em grupos, humilhando a uns e jogando a outros em antagonismos capaz de luta recíproca, tudo pela intenção maléfica e perversa da politicalha. Regional de partidos, que pretende enfraquecer as classes armadas para se assenhorar do país e maneja-lo ao sabor dos seus apetites mesquinhos. Eis de regenerar a República dos vícios e dos erros, pelos quais são dos maiores respsáveis os actuaes dominadores.”

¹² Carta de Raul Pilla a Oswaldo Aranha, 17 jul. 1931.

pela trilha conservadora.¹³ Segundo Luzardo, para conter o avanço da anarquia extremista que espreitava a ordem institucional e os ideais revolucionários, seria preciso instituir um novo processo constituinte (BORGES, 1998, p. 110). Assim, se evitaria o retorno do mal “quando o governo passado se demandava em violência e crimes”. No documento epistolar, Luzardo elabora as seguintes sugestões para o país ingressar no “novo regime”: “a) a organização da Constituinte e b) a systematização das correntes políticas”.¹⁴

Além de estabelecer um cronograma bastante preciso do processo constituinte, desde a confecção da lei eleitoral ao recebimento de sugestões pela comissão legislativa, até a forma de distribuição dos eleitores, organização das secções e composição das mesas, Luzardo afirmava a necessidade de que o governo deveria estender o “direito participativo a todos os cidadãos”. Se por um lado Luzardo defendia princípios liberais baseados na “livre expressão da imprensa” e no processo eleitoral, por outro, acreditava que todo o cidadão deveria alistar-se nos partidos políticos, garantindo, desta forma, a elegibilidade dos seus representantes. Nesse sentido, a “massa geral do eleitorado”, “a par dos fundamentos das aggremações partidárias”, estaria apta para participar do processo eleitoral.¹⁵

Contudo, essa organização política proposta por Luzardo requer uma “systematização” e um controle a ser realizado pelos dois chefes do PL e do

¹³ Podemos depreender que a interpretação de Luzardo sobre a Revolução de 30, assim como a dos demais integrantes do PRR e do PL, percebia aquele acontecimento como “único na história do país”. Diferentemente das experiências de ruptura política como 1822 e 1889, 30 se constituía como uma proposta verdadeiramente construtiva e revolucionária. Evidentemente, essa análise vinha reforçada por todo um diagnóstico sobre o passado político, e, principalmente, sobre a experiência da Primeira República, vista como um grande e longo domínio do liberalismo. A desordem e a “ameaça anarquizante”, tão comuns na primeira etapa republicana da nação, não poderia comprometer a “concretização” da revolução de outubro.

¹⁴ Carta de Baptista Luzardo a Flores da Cunha, 17 mar. 1931.

¹⁵ Carta de Baptista Luzardo a Flores da Cunha, 17 mar. 1931.

PRR. Para Luzardo, sob “a fiança da frente única, maior responsável presente nos destinos do Brasil”, se defenderia de fato os “ideais dos revolucionários de Outubro”.¹⁶ Em outros termos, a legitimidade para o exercício do poder estaria assentada nos grupos políticos que empreenderam a “revolução de 30” e somente eles seriam capazes de conduzir o Brasil ao caminho “definitivo para a consolidação da obra revolucionária”.¹⁷

Em janeiro de 1932, Raul Pilla envia outra carta a Oswaldo Aranha solicitando que entregasse a Vargas o documento anexado, cujo conteúdo fixava a “posição do Rio Grande, especialmente do Partido Libertador”, sobre o processo constituinte e o “caso São Paulo”.¹⁸ Na extensa carta, Raul Pilla procura advertir Vargas quanto à conjuntura política que se seguiu pós-30. Para Pilla, se por um lado a “Revolução” foi um “brado contra a politicalha que estava corroendo o país”, por outro “decretou a morte aos políticos” e fez surgir “mestres consumados, afeitos à vida rude dos quartéis”. Em outros termos, a nomeação de militares a cargos na máquina do governo federal e,

¹⁶ Essa intensa articulação estabelecida através da troca de epistolar é cuidadosamente acompanhada pelo Governo Provisório. Em maio de 1931, por exemplo, o Secretário de Segurança Pública, Florêncio Abreu, escreve a Vargas dizendo estar convencido de que se armava no estado, “mais uma conspiração”. O objetivo dessa mobilização revolucionária, segundo Abreu, seria o de forçar o Governo Provisório a convocar a Constituinte. Os articuladores que armavam a conspiração seriam os líderes do PL João Neves da Fontoura, Raul Pilla e Othelo Rosa. Acreditamos que, assim como Abreu, Vargas dispunha de uma organizada rede de informantes, que, em alguns casos, interceptava mensagens telegráficas e cartas. Sem acessar o conteúdo dessas mensagens, dificilmente Vargas detalharia aos seus aliados, sobretudo Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, suas “impressões” sobre esses impasses políticos. Na mesma missiva, Abreu narrava minuciosamente a Vargas as ações das lideranças da FUG quanto ao processo de alistamento eleitoral. “Firmada as bases para a elaboração do projecto, o Neves regressou ao Rio. Pouco depois, porém, os jornaes propalaram a notícia de que o Assis apresentara ao Governo o projecto de lei eleitoral. O Othelo telegrapha, então, ao Neves, dando por prejuizo o trabalho de que fora incumbido. Este responde, informando que a notícia era infundada e insiste em que o Othelo metesse mãos obra sem maior perda de tempo” (Carta de Florêncio Abreu a Getúlio Vargas, 30 maio. 1931).

¹⁷ Carta de Baptista Luzardo a Flores da Cunha, 17 mar. 1931.

¹⁸ Bilhete de Raul Pilla a Oswaldo Aranha, 20 jan. 1932.

sobretudo, às interventorias estaduais seria, segundo Pilla, o principal motivo das “intrigas políticas” que “estavam envenenando o ambiente brasileiro”.¹⁹

A carta de Pilla está organizada a partir da definição de dois temas: “o Rio Grande quer impor a constitucionalização do paiz, o Rio Grande quer impor a solução do caso São Paulo”. Se um dos motivos das “intrigas políticas” era “cavar uma cisão fatal entre o governo provisório e o Rio Grande”, Pilla rebatia afirmando que pretendia tão somente “advertir e aconselhar os homens a percorrer o árduo caminho” da condução política do país. Portanto, seria descabida a acusação de que o Rio Grande impunha de forma desmedida “dificuldades ao governo provisório”.²⁰

Afastada a pecha de que o Rio Grande do Sul pretendia “exercer tutela sobre o governo provisório”, Pilla continua sua carta elencando as razões pela insistência do PL na resolução do “caso São Paulo”. Segundo o Presidente do Diretório Central do PL, não haveria tranquilidade e ordem no país “enquanto não fosse resolvida a questão”. A constitucionalização do país, portanto, seria o “corolário lógico da vitória revolucionária, além de ser hoje, sem contestação possível, uma aspiração generalizada”, afirmava o missivista. O prolongamento da situação discricionária ampliaria a insatisfação e colocaria em perigo a “própria dictadura”.²¹

A resposta de Vargas não tardou e seguiu no dia seguinte para Porto Alegre. O diálogo que Vargas estabelece logo no início da missiva, prenunciava a urgência e a necessidade em dirimir qualquer dúvida quanto a sua posição em relação ao processo constituinte. Para Vargas, não havia “nenhuma discordância substancial” entre os missivistas. O que se verificava “era uma diversidade de pensamento das várias correntes revolucionárias em ação”. Quanto ao debate sobre a constitucionalização do país, Vargas dizia repetir sua

¹⁹ Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 20 jan. 1932.

²⁰ Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 20 jan. 1932.

²¹ Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 20 jan. 1932.

posição, qual seja: “a Constituinte virá pela lógica dos acontecimentos”. Getúlio Vargas afirmava ainda que havia organizado “não uma ditadura”, mas “um governo em caráter transitório, que, cumprido a sua finalidade, tem, fatalmente, de desaparecer”. Mesmo referenciando as suas iniciativas em prol da formulação da lei eleitoral como “um primeiro passo para a volta do regime constitucional”, perdurava a “intransigência de São Paulo”. Nesse sentido, com o objetivo de evidenciar suas ações em comum “acordo com os democráticos e com a sua colaboração”, Vargas dedica três páginas da carta para explicar “a solução encontrada para São Paulo”.²²

As tratativas para a indicação de um nome para a Interventoria Paulista, segundo Vargas, eram dificultadas pelas “várias facções políticas que mutuamente se hostilizam – democráticos, perrepistas, legionários, e o chamado partido da lavoura.” Ainda assim, Vargas dizia ter conseguido uma aproximação entre democráticos e “o chamado partido da lavoura”, ao pedir-lhes a indicação de nomes para a Interventoria. Ficaria acordado entre os representantes dos partidos, que a escolha de Vargas seria sumariamente apoiada como um “compromisso de honra”. Entretanto, segundo Vargas, apesar dos esforços, irrompeu uma crise provocada pela atitude do General Miguel Costa, ligado a Legião Revolucionária.²³ A suspensão das negociações,

²² Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21 jan. 1932.

²³ Miguel Costa solicita a demissão do cargo de Comandante da Força Pública de São Paulo a Getúlio Vargas em 15 de março de 1932. “Peço a V. Ex. a permissão para requerer ao ministro da Guerra, o exmo. Sr. General Leite de Castro, a minha dispensa do serviço ativo do Exército, cargo que é o grande orgulho da minha vida de militar e de brasileiro. Certo de que meu ilustre Chefe compreenderá o gesto que as circunstâncias me impõem a tomar, pode V. Ex. contar com a minha sincera amizade e gratidão pessoal pelas distinções com que V. Ex. me honrou”. Entretanto, apesar do requerimento de afastamento, Costa permanece a frente da Força Pública de São Paulo. No final de março do mesmo ano, Costa envia a Vargas uma outra missiva dizendo que não seria mais possível manter-se no cargo, pois o “caso” de São Paulo parecia-lhe de difícil “conclusão satisfatória”. Segundo Costa, a “reafirmação de que tudo vai continuar como estava, (...) trará inquietação ao espírito público, além de representar um testemunho do fracasso dos meus esforços pelas aspirações do povo paulista. Contra este, não poderei agir no dia em que a sua paciência esgotada insurgir-se contra as humilhações de uma ocupação tão prolongada” (Carta de Miguel Costa a Getúlio Vargas, 24 mar. 1932).

vista como uma traição ao acordo estabelecido entre o PD a LR e o Governo Provisório, foi assim descrita por Vargas:

Os entendimentos estavam iniciados sob bons auspícios, quando houve uma interrupção momentânea. Nessa ocasião recebi do Dr. Morato, pedindo-me ouvir o Dr. Moraes Barros, a quem logo atendi. Referiu-me ele que as negociações haviam sido suspensas, porque o General Miguel Costa mudara de atitude, atribuindo isso a intervenção do Capitão João Alberto, então em São Paulo. (...) em vista do que se informava, propuz ao Dr. Moraes Barros, o seguinte: voltasse ele a São Paulo e, diretamente, ou por meio de pessoa de sua confiança, interpelasse o General Miguel Costa para que este lhe dissesse se estava ou não disposto a colaborar com os democráticos, informando-me, em carta, o resultado dessa démarche.²⁴

A divergência em torno da indicação de nomes para a Interventoria de São Paulo entre João Alberto e Miguel Costa é mostrada por Vargas como um claro indício de rivalidades pessoais e políticas que “poderiam arrastar o país à desordem e à anarquia”.²⁵ A incompatibilidade e o impasse criados entre o PD e a LR tornava ainda mais necessária uma ação rápida do Governo Provisório para a resolução da crise. Se o rompimento do PD com o Governo Provisório é visto como um “ato de felonía e deslealdade”, a aproximação do Partido Libertador de

²⁴ Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21 jan. 1932.

²⁵ Em meados de março de 1932, o então Interventor Federal de São Paulo envia a Vargas uma extensa missiva relatando suas ações governamentais. Na carta-relatório Pedro de Toledo afirma ter encontrado inúmeras dificuldades na gestão administrativa do Estado de São Paulo, sobretudo a resistência encontrada na figura de Miguel Costa. Para ele, o então Comandante da Força Pública de São Paulo, era um “bom homem”, mas, segundo Toledo, “vivia submetido a uma roda perniciososa, cuja influência sobre elle é evidentemente irremovível.” As divergências estariam em torno da composição do secretariado do governo paulista. Contudo, segundo Toledo, depois “de ingentes esforços” em reunião com Góes Monteiro e Mendonça de Lima, “representantes de todas as correntes revolucionárias”, o grupo havia chegado a um acordo. Entretanto, o pedido de demissão de Costa do Comando da Força Pública de São Paulo, afastaria qualquer resolução harmoniosa no Estado. Por sua vez, a medida parecia, ao menos para Góes Monteiro, uma oportunidade de “operar o kysto” e dirimir as constantes “agitações” que levavam a população civil à “desconfiança, já intolerável contra as forças armadas no paiz” (Carta de Pedro de Toledo a Getúlio Vargas, 17 mar. 1932). Em resposta ao Interventor Paulista, Vargas afirmava apreciar as medidas e os “esforços empregados para a organização do Governo de São Paulo, cujo secretariado ficou constituído de quase todos os auxiliares” do governo anterior. Além disso, o Presidente dizia lamentar o “dissídio aberto com o General Miguel Costa”. Parece-nos que Vargas acreditava numa reconciliação e recomposição das forças aliadas a seu governo no Estado de São Paulo, pois considerava estratégico o retorno de Costa para a “garantia da ordem” e da tranquilidade social (Carta de Getúlio Vargas a Pedro de Toledo, 17 mar. 1932).

Raul Pilla à agremiação paulista não poderia ser interpretada diferentemente (BORGES, 1998, p. 47). Após descrever aquilo que considerava “manifestações separatistas” promovidas pelos correligionários de Morato durante a comemoração da fundação de São Paulo, Vargas dizia sentir-se profundamente pesaroso e surpreso com o rompimento do PL com o Governo Federal.

Não supunha que fossem tão frágeis os laços que me prendiam aos contemporâneos do partido libertador, meus dignos aliados e colaboradores. A minha estranheza, relativamente a semelhante atitude, é tanto mais justificada quanto o próprio, com a autoridade de Presidente do Diretório Libertador, qualifica, em sua carta, o manifesto democrático de intempestivo.²⁶

O PD, segundo Vargas, teria envenenado o diretório do PL com sua “agitação de natureza política”. Por tal motivo, Vargas alertava Pilla sobre o caráter temporário, “oportunista” e “intempestivo” dos democráticos de São Paulo. Assim, não faria sentido o PL submeter-se às investidas revolucionárias do PD, afinal, segundo Vargas, o movimento estaria circunscrito à capital do Estado sem o aval do “povo paulista”. Se não bastassem estes argumentos, Vargas questionava ainda o motivo principal do rompimento do PD e do PL: “Qual a humilhação, a grave ofensa que se está fazendo a São Paulo?”, “por que o seu atual Interventor não é paulista?”. Não haveria incompatibilidade alguma, na perspectiva do governo federal, a nomeação de interventores “estranhos” às forças políticas estaduais.

São Paulo mesmo, no regime constitucional, já elegeu três presidentes que não eram filhos do Estado. Não me parece lógico que um paulista possa aspirar ao governo do Brasil e um brasileiro, por não ser paulista, veja-se inibido de governar São Paulo. Só agora surgiu essa teoria. Será por que se trata de um militar? Esse motivo não me parece justo, porquanto os militares não perdem sua qualidade de cidadãos brasileiros e os próprios democráticos, pouco depois da revolução triunfante, constituíram governo sob a Presidência do General Hanstiphilo de Moura!²⁷

²⁶ Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21 jan. 1932.

²⁷ Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21 jan. 1932.

A arguição de Vargas, descrita na missiva, procurava convencer o líder do PL de que o Governo Provisório, além de envidar um acordo que pudesse resultar em um consenso político entre os diferentes grupos de São Paulo, também havia prestado todos os esforços quanto ao atendimento das demandas econômicas do Estado. Porém, ao encerrar a carta, Vargas deixava claro que não submeteria o Governo Federal às pressões regionais. O “ambiente de agressões e ameaças criado em torno do caso” não poderia ser instrumentalizado para a resolução do problema. Afinal, concluía Vargas, um “Governo que age sob coações dessa espécie diminui a sua autoridade e abre mau precedente”.²⁸

De fato, a posição do PL quanto ao seu alinhamento ao PD, em janeiro de 1932, incomodou o Governo Federal, pois dois meses antes, o líder do PL, Raul Pilla e Borges de Medeiros, líder do PRR, haviam declarado irrestrita “solidariedade ao Governo Provisório”. Essa articulação entre esses dois líderes resultou em uma carta-manifesto, enviada a Flores da Cunha em novembro de 1931 (BORGES, 1998, 115). Aquela “actualidade política” e o “desdobramento da acção do Rio Grande do Sul junto ao Governo Provisório” eram as principais preocupações dos líderes frentistas. Os missivistas elencaram sete itens que deveriam ser transmitidos “reservadamente ao eminente Dr. Getúlio Vargas”. As ponderações foram divididas da seguinte forma:

- 1º - Solidariedade ao Chefe do Governo Provisório;
- 2º - Fazem sentir a conveniência de ser apressada a volta do paiz ao regime constitucional, estabelecendo-se methodicamente as etapas necessárias àquelle fim, como a decretação do regulamento eleitoral, abertura do novo alistamento e redacção de um projecto de constituição política;
- 3º - A formação de uma corrente de opinião política em todo paiz, em torno das ideais capitães do projecto e sob a directa orientação do Chefe do Governo Provisório;

²⁸ Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21 jan. 1932.

- 4º - Lembram a conveniência de providências políticas anteriores à reunião da constituinte, afim de serem resolvidas as dificuldades financeiras de vários Estados;
- 5º - Preocupação do Chefe do Governo Provisório com a ascendência que as classes armadas, na pessoa de alguns elementos, tem tomado;
- 6º - Extinção da Justiça revolucionária, por já estar encerrada a sua missão e oportunidade, preocupados com os recentes sucessos políticos de São Paulo, sugerem que a escolha do novo interventor seja uma expressão da ordem civil;
- 7º - Finalmente pedem a pronunciada atenção do dr. Getúlio Vargas para a campanha de isolamento e hostilidade, que é feita contra o Rio Grande do Sul.²⁹

A escolha da data para o envio da carta-manifesto foi o dia de comemoração do aniversário da Proclamação da República; Medeiros e Pilla objetivavam sensibilizar Vargas sobre a reorganização do “systema federativo” republicano, pautado na indistinção dos Estados e em princípios constitucionais. Para Pilla e Borges de Medeiros, o estabelecimento e manutenção da ordem dependeriam da nova organização política que o processo constituinte iria determinar. Nesse sentido, caberia ao Governo Provisório direcionar os trabalhos através da decretação do regulamento eleitoral e de um novo alistamento. Contudo, ainda que os sete itens apresentados na missiva possam ser vistos como um acordo comum entre o PL e o PRR, evidentemente, para os líderes Raul Pilla e Borges de Medeiros, o cenário político e as tratativas da constituinte estariam sujeitas às “circunstâncias do momento, sob a influência dos ideais em debate”.³⁰

A ênfase dos missivistas à infiltração e a “ascendência que as classes armadas” haviam realizado no governo, já havia sido anteriormente colocada como uma inadmissível medida política de Vargas. Para Pilla, por exemplo, a organização de “legiões e organizações cívicas civis” concorreriam para a “reconstrução social, econômica e política do país.” Por sua vez, as “corporações

²⁹ Carta de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 15 nov. 1931.

³⁰ Diário de Notícias, 05 mar. 1931.

que pretendessem exercer tutela sobre o governo, a revelia da opinião pública”, seriam consideradas traidoras aos “princípios revolucionários”.³¹ A morosidade com que Vargas respondia às pressões dos partidos do Rio Grande do Sul, sobretudo quanto às providências para o retorno ao regime constitucional, insuflava os líderes do PL e do PRR a tomar medidas pouco amistosas. Segundo Sandra Pesavento, as lideranças da FUG, entre os anos de 1931 e 1932, passaram a se sentir traídas pelo antigo líder do PRR, Getúlio Vargas. Para Pesavento:

a oligarquia gaúcha tinha assim frustradas as suas expectativas de substituir-se à oligarquia paulista no exercício do mando do Executivo central. (...) Esta parcela da classe dominante considerava-se, ao que parece, como que dona da Revolução de outubro e de Getúlio Vargas, configurando-se o chefe do Governo Provisório como um traidor da confiança nele depositada e do movimento que o guindara ao poder (PESAVENTO, 1980, p. 91).

Em poucos dias, Vargas retorna a Flores da Cunha, mediador daquelas assertivas, afirmando ter apreciado com “a melhor atenção” a carta dos “legítimos learders da opinião partidária” do Rio Grande do Sul. Ele analisa concomitantemente o segundo, terceiro e quarto itens, que julga se tratarem da constitucionalização do país. Ao que indica Vargas, em resposta a Pilla e Borges de Medeiros, o processo para a instalação da Assembleia Constituinte já se havia deflagrado e estaria em andamento através de uma “comissão encarregada de elaborar o projeto de lei eleitoral.” Por conseguinte, segundo Vargas, o governo federal antecipava-se aos “malsimados tenentes” e não submeteria o país ao retorno “dos abusos anteriores”. Para Vargas, naquele “estado de cousas”, ainda sob a vigência do regime constitucional, imperavam no Brasil a “imoralidade administrativa, o esbanjamento dos dinheiros públicos, a anemia financeira, a desordem econômica”. Portanto, não se poderia concluir que a constitucionalização seria uma “medida terapêutica milagrosa, aplicável” àquela situação política.³²

³¹ Jornal A Noite, 02 mar. 1931.

³² Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24 nov. 1931.

Para Vargas, o espírito de intriga e as admoestações dos “saudosistas interesseiros do regime deposto” continuavam espreitando a ordem institucional alcançada com a “Revolução de 30”. Em quase todo o país, o movimento revolucionário teria derrubado as “oligarquias ou os agrupamentos dominadores, formados e fortalecidos à sombra do poder central”. Para Vargas, ao analisar a situação política, havia uma “legião de descontentes e insatisfeitos” que conspiravam contra o governo e ameaçavam “entrar em cena”; nesse sentido, o governo deveria continuar aplicando censura à imprensa para “filtrar o veneno das explorações escandalosas” daqueles que “enxergam na Constituinte a oportunidade salvadora”. Com essas contundentes demonstrações de controle sob a máquina governativa, Vargas dissipava as tergiversações dos frentistas e postulava a resignação pacífica ante a centralização do seu governo. Portanto, não seria admissível que “os políticos do Rio Grande” tentassem enfraquecer ou perturbar o Governo Provisório, “procurando tutelar-lhe a ação e impor seu ponto de vista ao resto do país”.³³

Além de todas estas considerações, parece-nos que a que mais despertou repúdio de Vargas às ponderações e análises de Borges e Pilla deveu-se à acusação da “crescente influência exercida sobre o Governo Provisório, por parte de elementos das forças armadas”. Para os missivistas, a força militar deveria atuar exclusivamente em atividades específicas em defesa das instituições nacionais. Portanto, não caberia às Forças Armadas conduzir o processo político e interferir no campo da administração governamental, lugar privilegiado da atuação política de civis. Para Borges e Pilla, Vargas teria que reconduzir as “classes armadas” ou os “tenentes”, como diziam os políticos da FUG, novamente aos quartéis (BORGES, 1998, p. 195).

Sobre esta questão, Vargas dedicou três páginas da missiva para explicar a situação e afastar qualquer possibilidade daquilo que ele denomina de

³³ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24 nov. 1931.

“ditadura militarista”. O convívio entre os burocratas civis do governo e os oficiais, segundo Vargas, era de total harmonia. Para ele, a submissão “ardorosa ao desempenho do papel pouco simpático de contrariar interesses criados e de corrigir a lastimável situação administrativa dos Estados”, tem sido executada patrioticamente.³⁴

A valorização dos militares em um governo de coalizão e disciplinado frente às prescrições de normas ditadas pelo Executivo Federal enfatizava a firmeza pela qual Vargas pretendia conduzir seu comando. Na extensa missiva, ele elabora uma síntese das administrações estaduais, em que no “espírito civil” dos militares estariam instaurando a ordem e a justiça social.

Para o Amazonas, nomeou-se, inicialmente um bacharel em direito, filho do Estado, não revolucionário, o Dr. Álvaro Maia. Certo dia, porque o Superior Tribunal concedeu um habeas corpus, dissolveu-o, sumariamente, por decreto. O Interventor militar que o substituiu, reintegrou os Juizes nas suas funções. No Maranhão, outro civil, um padre, cometeu desatino que o próprio Arcebispo se empenhou pela sua retirada. Para a Bahia, nomeou-se um engenheiro-civil, bahiano e revolucionário. Deixou-se, porém, pelas tricas políticas e falhou, agravando o desequilíbrio financeiro do Estado. Substitui-o o Dr. Arthur Neiva, também bahiano, espírito ilustre, um cientista, não revolucionário. A primeira ameaça de elementos civis, conluídos com a polícia local, entregou o governo ao Comandante da Região. Em Pernambuco, administra um Interventor civil. Dirigindo um batalhão do Exército, alguns militares pretenderam, por um golpe de força, depô-lo. Que se viu? Os Interventores militares dos Estados vizinhos vieram, imediatamente, em seu auxílio e prestigiaram a autoridade civil. Tudo isso são fatos incontestáveis.³⁵

O fragmento da referida carta é longo, mas é esclarecedor, pois representava para Vargas o apoio dos militares a seu governo. Por hora, as reivindicações de Medeiros e Pilla deveriam esperar, pois, como assevera Vargas, os “fatos incontestáveis”, empregados na narrativa epistolar, demonstravam a confiança que ele depositava nas forças militares. Esse registro documental expressava de forma contundente, os interesses de Vargas no

³⁴ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24 nov. 1931.

³⁵ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24 nov. 1931.

agenciamento das forças militares. Além disso, ele destacava sua estratégia governativa e conciliatória com os poderes regionais, nomeando para as interventorias estaduais representantes da política local.

Os argumentos clarificavam quaisquer denúncias de “tricas políticas” e deixavam evidentes, aos líderes do PRR e do PL, as alianças de Vargas com os interventores militares. Para ele, o auxílio dos militares na reorganização da política nacional seria fundamental, posto que, dotados de virtuosismo cívico e patriótico, deveriam ser eles os guardiões da nova ordem estabelecida pela “autoridade civil”. Não haveria, portanto, qualquer oscilação do Governo Provisório, com o irretorquível consenso dos militares, em destituir “elementos civis conluiados com a polícia local”.³⁶

Entre o dia 15 de novembro, data da primeira missiva, ao dia 19 desse mês, quando Flores, Medeiros e Pilla reavaliam e enviam acréscimos às disposições iniciais, identificamos algumas diferenças substanciais na segunda missiva. O item 1º determinava a promulgação de lei eleitoral até 31 de dezembro e início das inscrições dos eleitores entre 15 de fevereiro e 1º de março de 1932. Em setembro desse ano, no item 2º, determinava-se a data para a convocação da eleição para a Constituinte. No terceiro dispositivo, definia-se o dia 1º de janeiro de 1933 para instalação da Constituinte. O 4º e 5º itens dispunham da nomeação de uma comissão para a elaboração do projeto constitucional e, respectivamente, a publicação e discussão da sociedade civil para o encaminhamento de emendas. Por conseguinte, o 6º e 7º parágrafos tratavam da reorganização política do país, sendo o primeiro relacionado à elaboração de um programa que estabelecesse as bases de uma organização partidária e o segundo exigia a substituição gradual dos interventores militares por “outros políticos”.³⁷

³⁶ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24 nov. 1931.

³⁷ Carta de Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 19 nov. 1932.

De imediato, Vargas escreve a Flores acusando ter recebido os “novos itens” com as assinaturas de Borges, Pilla e do próprio interventor. Para ele, já estava tudo respondido satisfatoriamente, o que tornava injustificável as novas deliberações. Vargas demonstra certa impaciência, posto que afirmava ter chegado com as lideranças da FUG a um “completo entendimento”. Quanto à constitucionalização do país, Vargas dizia reiterar suas considerações anteriores, pois a volta ao “regimen constitucional” “há de ser fazer, está se fazendo e ninguém pensa em impedi-la”. Vargas reafirmava sua posição de Chefe do Governo, argumentando conhecer as “condições do meio”, as “dificuldades a vencer” e os “perigos a conjurar”. Ele não parece esconder sua irritação diante daquilo que considerava “injustificável e de despropositada insistência”,

culminando na prefixação impositiva de uma série de prazos, até de dias, para a prática de certos e determinados atos. As sugestões dos itens quarto, quinto e sexto, da nova nota, acolhendo-as com a maior simpatia, sem necessidade das imposições de tempo que expressam os repetidos e imediatos e imediatamente. Quasi em forma de intimação. Quanto ao quarto, já me ocorrera, sua execução, conforme declarei na carta anterior.³⁸

Vargas parecia mesmo ficar indignado com a forma de intimidação e intimação das lideranças da FUG. Cobrar-lhe prazos para a execução de ações administrativas e políticas, era interpretado por Vargas como um ato de intromissão àquilo que seria de competência exclusiva do Presidente da República. A indicação de nomes para as interventorias e para os cargos na máquina federal, por exemplo, não estaria e não ficaria submetido aos interesses políticos estaduais. Antes, afirmava Vargas, os “auxiliares do meu governo foram por mim escolhidos” e “eu os mantereí, enquanto merecerem minha confiança ou enquanto sua conservação convier ao serviço público, independentemente de sugestões para mantê-los ou exonerá-los”.³⁹

³⁸ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 20 nov. 1931.

³⁹ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 20 nov. 1931.

Considerações finais

A análise política realizada por Vargas procurava demonstrar o equívoco de uma administração pública se submeter ao debate e ao jogo político das lideranças regionais, sobretudo dos partidos políticos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Para Vargas, a fronteira entre a instância administrativa e os revezes da política deveria ser impermeável às contradições e aos interesses regionais. Todavia, embora Vargas tenha envidado diversas estratégias para enfraquecer ou mesmo dismantelar os partidos políticos estaduais, essas estruturas de poder também serviram para a ordem governamental que se instalava. Ademais, o Governo Federal entre a “Revolução de 30” e os embates políticos que antecederam a “Revolução Constitucionalista de 1932, enfrentou a resistência dos partidos políticos que pretendiam influenciar na condução da administração pública federal”.

Referências

- BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. In.: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CODATO, Adriano Nervo. Estrutura de poder e mecanismos político-burocráticos do Estado Novo. *Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Florianópolis, 1999.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango no limiar da velhice*. Apontamentos sobre trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.